



PROFISSIONAL JÚNIOR - FORMAÇÃO: DIREITO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 70 questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA III		LÍNGUA INGLESA II		FORMÁTICA IV		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	1,0	11 a 20	1,0	21 a 25	1,0	26 a 40	1,3
						41 a 55	1,7
						56 a 70	2,0

b) 1 Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das provas na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br)**.

LÍNGUA PORTUGUESA III

Cultura de paz

A mobilização em prol da paz, no Brasil, nasceu do aumento da violência, principalmente quando a criminalidade passou a vitimar as classes privilegiadas dos centros urbanos. A paz que os brasileiros buscam está diretamente vinculada à redução de crimes e homicídios. Refletir sobre a construção da cultura de paz passa, portanto, pela análise de como a sociedade compreende e pretende enfrentar o fenômeno da violência. Esse tem sido o tema de inúmeros debates. É possível agrupar, grosso modo, três paradigmas que, implícita ou explicitamente, estão presentes nessas discussões — o da repressão, o estrutural e o da cultura de paz.

O modelo baseado na repressão preconiza, como solução para a violência, medidas de força, tais como policiamento, presídios e leis mais duras. Essas propostas sofrem de um grave problema — destinam-se a remediar o mal, depois de ocorrido. Também falham em não reconhecer as injustiças socioeconômicas do país. Apesar disso, esse é o modelo mais popular, pois, aparentemente, dá resultados rápidos e contribui para uma sensação abstrata (mas fundamental) de segurança e de que os crimes serão punidos.(...)

O segundo paradigma afirma que a causa da violência reside na estrutura social e no modelo econômico. Conseqüentemente, se a exclusão e as injustiças não forem sanadas, não há muito que se fazer. Apesar de bem-intencionado, ao propor uma sociedade mais justa, esse modelo vincula a solução de um problema que afeta as pessoas de forma imediata e concreta — violência — a questões complexas que se situam fora da possibilidade de intervenção dos indivíduos — desemprego, miséria, etc. —, gerando, desse modo, sentimentos de impotência e imobilismo.

Uma compreensão distorcida desse modelo tem levado muitos a imaginar uma associação mecânica entre pobreza e violência. (...)

É importante evidenciar a violência estrutural, pois ela encontra-se incorporada ao cotidiano da sociedade, tendo assumido a aparência de algo normal ou imutável. Mas a paz não será conquistada apenas por mudanças nos sistemas econômico, político e jurídico. Há que se transformar o coração do homem.

O terceiro é o paradigma da cultura de paz, que propõe mudanças de consciência e comportamento — inspiradas em valores universais como justiça, diversidade, respeito e solidariedade — tanto de parte de indivíduos como de grupos, instituições e governos. Os defensores dessa perspectiva compreendem que promover transformações nos níveis macro e micro

não são processos excludentes, e sim complementares. Buscam trabalhar em prol de mudanças, tanto estruturais quanto de atitudes e estilos de vida. Também enfatizam a necessidade e a viabilidade de reduzir os níveis de violência através de intervenções integradas e multiestratégicas, fundamentadas na educação, na saúde, na ética, na participação cidadã e na melhoria da qualidade de vida.

O primeiro passo rumo à conquista de paz e não-violência no Brasil é uma mudança paradigmática: o modelo da cultura de paz deve tornar-se o foco prioritário das discussões, decisões e ações. Só será possível colher os frutos da paz quando semearmos os valores e comportamentos da cultura de paz. Isso é a tarefa de cada um de nós, começando pelas pequenas coisas, e no cotidiano, sem esperar pelos outros. Gradualmente, outros serão sensibilizados e decidirão fazer a sua parte também.

MILANI, Feizi M. *Jornal do Brasil*, 02 jan. 2002.

1

De acordo com a leitura do primeiro parágrafo do texto, é correto afirmar que

- (A) o movimento pela paz resulta da necessidade de remediar problemas socioeconômicos.
- (B) as classes mais abastadas dão origem ao movimento pela paz contra a criminalidade.
- (C) a compreensão do que se entende por cultura de paz implica uma ação direta contra as formas de violência.
- (D) para a sociedade brasileira, o desejo de paz, inerente à sua natureza ética, corresponde a um imperativo de princípios morais.
- (E) estudar os meios para que a sociedade entenda e enfrente a violência é uma das atitudes para se pensar a construção da cultura da paz.

2

Segundo o texto, o conceito de paz consiste em

- (A) reduzir a criminalidade em comunidades carentes.
- (B) proteger as classes privilegiadas de ações violentas.
- (C) adotar comportamentos repressivos diante de atos violentos.
- (D) construir e vivenciar valores éticos como básicos na sociedade.
- (E) refletir sobre a miséria física e moral da sociedade.

3

A afirmação de que o modelo de repressão apresenta resultados rápidos e contribui para uma sensação abstrata de segurança reflete o(a)

- (A) paradoxo do paradigma.
- (B) consistência do modelo.
- (C) alternância tranquilidade/segurança.
- (D) exclusão das injustiças sociais.
- (E) profundidade da sensação de segurança.

4

Cada um dos paradigmas apresenta vários objetivos explícitos. Assinale a opção que **NÃO** se configura como tal.

- (A) Tornar a cultura foco prioritário das discussões.
- (B) Evidenciar a violência estrutural.
- (C) Preconizar medidas de força.
- (D) Sanar exclusão e injustiças.
- (E) Associar pobreza e violência.

5

Na exposição do autor, os paradigmas apresentam-se

- (A) equivalentes nas ações.
- (B) excludentes nos objetivos.
- (C) hierarquizados quanto a valor.
- (D) imunes a restrições.
- (E) radicais nas soluções.

6

O autor discorre sobre a violência e estrutura seu ponto de vista em três tópicos principais. Trata-se, por isso, de um texto

- (A) narrativo-argumentativo.
- (B) narrativo-descritivo.
- (C) dissertativo-argumentativo.
- (D) dissertativo-descritivo.
- (E) argumentativo-descritivo.

7

O(s) termo(s) destacado(s) **NÃO** recebe(m) a mesma classificação gramatical dos apresentados nas demais opções em

- (A) “não há **muito** que se fazer.” (l. 28-29)
- (B) “... problema que afeta **as pessoas** ...” (l. 31)
- (C) “...tem levado **muitos** a imaginar...” (l. 37-38)
- (D) “... é a tarefa de **cada um** de nós,” (l. 67)
- (E) “**outros** serão sensibilizados ...” (l. 69)

8

“O segundo paradigma afirma que a causa da violência reside na estrutura social e no modelo econômico. **Conseqüentemente**, se a exclusão e as injustiças ...” (l. 25-28)

O termo em destaque tem a função de

- (A) enfatizar o seqüenciamento de fatos antagônicos.
- (B) estabelecer relação de sentido entre enunciados.
- (C) ligar expressões sintaticamente dependentes na mesma oração.
- (D) unir termos semanticamente idênticos.
- (E) relacionar sintaticamente duas orações.

9

De acordo com as regras de pontuação, assinale o enunciado que está pontuado corretamente.

- (A) Os níveis de violência, nos grandes centros urbanos suscitam reações.
- (B) O combate à violência é necessário pois, cada vez há mais vítimas desse fenômeno.
- (C) É possível mobilizar, pois, diferentes setores no combate à violência.
- (D) É possível por conseguinte, mobilizar diferentes setores no combate à violência.
- (E) Há, a presença da violência em todas as classes sociais e faixas etárias.

10

Analise as expressões destacadas.

- “... agrupar, **grosso modo**,” (l. 10)
- “... na repressão **preconiza**,” (l. 14)
- “Uma compreensão **distorcida** ...” (l. 37)
- “Também **enfatizam** a necessidade...” (l. 56)

A série que corresponde, respectivamente, ao significado dessas expressões em negrito é:

- (A) aproximadamente – recomenda – desvirtuada – ressaltam.
- (B) erradamente – proíbe – maldosa – corrigem.
- (C) cuidadosamente – aconselha – radicalizada – ignoram.
- (D) imprecisamente – prevê – desviada – impõem.
- (E) grosseiramente – desfaz – descuidada – negam.

LÍNGUA INGLESA II

Money Doesn't Grow on Trees, But Gasoline Might

Researchers make breakthrough in creating gasoline from plant matter, with almost no carbon footprint

April 7, 2008

National Science Foundation

Researchers have made a breakthrough in the development of "green gasoline," a liquid identical to standard gasoline yet created from sustainable biomass sources like switchgrass and poplar trees. Reporting
5 in the cover article of the April 7, 2008 issue of *Chemistry & Sustainability, Energy & Materials*, chemical engineer and National Science Foundation (NSF) researcher George Huber of the University of Massachusetts-Amherst and his graduate students
10 announced the first direct conversion of plant cellulose into gasoline components.

Even though it may be 5 to 10 years before green gasoline arrives at the pump or finds its way into a jet airplane, these breakthroughs have bypassed
15 significant difficulties to bringing green gasoline biofuels to market. "It is likely that the future consumer will not even know that they are putting biofuels into their car," said Huber.

"Biofuels in the future will most likely be similar in
20 chemical composition to gasoline and diesel fuel used today. The challenge for chemical engineers is to efficiently produce liquid fuels from biomass while fitting into the existing infrastructure today."

For their new approach, the UMass researchers
25 rapidly heated cellulose in the presence of solid catalysts, materials that speed up reactions without sacrificing themselves in the process. They then rapidly cooled the products to create a liquid that contains many of the compounds found in gasoline. The entire process
30 was completed in less than two minutes using relatively moderate amounts of heat.

"Green gasoline is an attractive alternative to bioethanol since it can be used in existing engines and does not incur the 30 percent gas mileage penalty of
35 ethanol-based flex fuel," said John Regalbuto, who directs the Catalysis and Biocatalysis Program at NSF and supported this research.

"In theory it requires much less energy to make than ethanol, giving it a smaller carbon footprint and making it cheaper to produce," Regalbuto said. "Making
40 it from cellulose sources such as switchgrass or poplar trees grown as energy crops, or forest or agricultural residues such as wood chips or corn stover, solves the lifecycle greenhouse gas problem that has recently surfaced with corn ethanol and soy biodiesel."
45

Beyond academic laboratories, both small businesses and petroleum refiners are pursuing green gasoline. Companies are designing ways to hybridize

their existing refineries to enable petroleum products including fuels, textiles, and plastics to be made from either crude oil or biomass and the military community has shown strong interest in making jet fuel and diesel from the same sources.

"Huber's new process for the direct conversion of
55 cellulose to gasoline aromatics is at the leading edge of the new 'Green Gasoline' alternate energy paradigm that NSF, along with other federal agencies, is helping to promote," states Regalbuto.

http://www.nsf.gov/news/news_summ.jsp?cntn_id=111392

11

The main purpose of this text is to

- (A) report on a new kind of fuel that might harm the environment .
- (B) advertise the recent findings of chemical engineers concerning gasoline components.
- (C) criticize the latest research on biofuels that could not find a relevant alternative to oil.
- (D) justify why corn ethanol and soy biodiesel are the best alternatives to standard gasoline.
- (E) announce a significant advance in the development of an eco friendly fuel that may impact the market.

12

According to the text, it is **NOT** correct to affirm that green gasoline

- (A) is cheaper to produce than ethanol.
- (B) derives from vegetables and plants.
- (C) can already be used in jet airplanes.
- (D) requires much less energy to make than ethanol.
- (E) results in smaller amounts of carbon emissions than ethanol.

13

In the sentence "It is likely that the future consumer will not even know that they are putting biofuels into their car," (lines 16-17), "It is likely that" could be substituted by

- (A) Surely.
- (B) Certainly.
- (C) Probably.
- (D) Obviously.
- (E) Undoubtedly.

14

The item "themselves" (line 27) refers to

- (A) "researchers" (line 24).
- (B) "materials" (line 26).
- (C) "reactions" (line 26).
- (D) "compounds" (line 29).
- (E) "amounts" (line 31).

15

Which alternative contains a correct correspondence of meaning?

- (A) "speed up" (line 26) means *accelerate*.
- (B) "rapidly" (line 27) is the opposite of *quickly*.
- (C) "entire" (line 29) could not be replaced by *whole*.
- (D) "residues" (line 43) and *leftovers* are antonyms.
- (E) "surfaced" (line 45) and *emerged* are not synonyms.

16

Mark the sentence in which the idea introduced by the word in bold type is correctly described.

- (A) "**Even though** it may be 5 to 10 years before green gasoline arrives at the pump or finds its way into a jet airplane," (lines 12-14) – *comparison*
- (B) "...**while** fitting into the existing infrastructure today." (lines 22-23) – *consequence*
- (C) "...**then** rapidly cooled the products to create a liquid that contains many of the compounds found in gasoline." (lines 27-29) – *contrast*
- (D) "'Green gasoline is an attractive alternative to bioethanol **since** it can be used in existing engines...'" (lines 32-33) – *reason*
- (E) "'Making it from cellulose sources **such as** switchgrass or poplar trees grown as energy crops," (lines 40-42) – *addition*

17

Paragraph 4 (lines 24-31) informs that UMass researchers produce green gasoline by

- (A) creating a hot liquid from standard gasoline adding catalysts.
- (B) using cellulose with liquids that catalyze gasoline in less than two minutes.
- (C) applying moderate heat to compounds found in gasoline to produce a solid catalyst.
- (D) slowly cooling the product of solid catalytic reactions which will produce cellulose.
- (E) heating cellulose with specific catalysts and then cooling the product so it transforms into a liquid.

18

According to this text, it might be said that corn ethanol and soy biodiesel have

- (A) contributed to the greenhouse gas problem.
- (B) increased consumption in cars by 30 percent.
- (C) produced residues such as wood chips or corn stover.
- (D) caused the extinction of sustainable biomass sources.
- (E) generated a smaller carbon footprint than green gasoline.

19

The text says that research on green gasoline has

- (A) had no printed space in scientific journals.
- (B) not received support from scientific foundations.
- (C) found no interest among the military and the businessmen.
- (D) been neglected by academic laboratories and graduate research programs.
- (E) had to overcome problems to discover an efficient means of producing and marketing this fuel.

20

The title of the text, "Money Doesn't Grow on Trees, But Gasoline Might", refers to the

- (A) planting of trees near oil wells that produce gasoline.
- (B) exciting possibility of developing an effective green fuel.
- (C) amazing solution of diluting gasoline with forest and agricultural residues.
- (D) incredible discovery of trees that produce more when irrigated with a mixture of gasoline.
- (E) sensational invention of new green fuel that will cost three million dollars in reforestation.

INFORMÁTICA IV

21

No Microsoft PowerPoint 2003, o que determina se um arquivo de som é inserido na apresentação como um arquivo vinculado?

- (A) Forma de gravação da apresentação.
- (B) Qualidade da placa de som do computador.
- (C) Número de slides da apresentação.
- (D) Nível de complexidade da formatação dos slides.
- (E) Tamanho e o tipo de arquivo de som.

22

O suporte ao XML padrão no Microsoft Excel 2003 consiste em

- (A) ativar os recursos relacionados a funcionalidades específicas em modelos, controles Active-X, suplementos e comandos personalizados e pastas de trabalho locais.
- (B) criar um estilo de formatação gráfica que possa ser salvo com a pasta de trabalho e usado como base a informações formatadas com os mesmos atributos.
- (C) formar um pacote suplementar que contém os revisores de texto para cerca de trinta idiomas, suportando verificadores ortográficos e gramaticais, dicionários e listas de autocorreção.
- (D) possibilitar a instalação de ferramentas suplementares de formatação de dados para organizar a criação de gráficos e imagens repetitivas nas pastas de trabalho comuns aos usuários de uma Intranet.
- (E) simplificar o processo de acessar e capturar informações entre PCs e sistemas back-end, desbloqueando informações e viabilizando a criação de soluções de negócios integradas dentro da empresa e de parceiros comerciais.

23

Para se criar uma estrutura de tópicos deve-se começar o documento no formato modo de estrutura de tópicos.

PORQUE

Da mesma forma que o modo normal ou de layout de página, o modo de estrutura de tópicos oferece uma exibição exclusiva para o conteúdo do documento.

A esse respeito conclui-se que

- (A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmações são falsas.

24

A Internet é um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores que são interligados pelo protocolo de Internet que consiste em

- (A) monitorar todas as formas de acessos ilegais dos usuários da Web.
- (B) enviar relatórios de controle de serviços disponíveis em um determinado servidor.
- (C) gerar relatórios de navegação e de downloads executados por um determinado computador.
- (D) definir datagramas ou pacotes que carregam blocos de dados de um nó da rede para outro.
- (E) proteger as informações que circulam na Web.

25

As ameaças à segurança da informação na Internet, Intranets e demais redes de comunicação, são relacionadas diretamente à perda de uma de suas três características principais que são, respectivamente,

- (A) acessibilidade, probabilidade e atualidade.
- (B) confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- (C) disponibilidade, portabilidade e funcionalidade.
- (D) integridade, acessibilidade e recursividade.
- (E) recursividade, idoneidade e portabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Considere as afirmativas a seguir, a respeito do regime constitucional das medidas provisórias.

- I - A Constituição veda expressamente a edição de medida provisória sobre direito penal e direito tributário, em razão do princípio da legalidade em sentido estrito que se deve observar em relação a estas matérias.
- II - A edição de uma medida provisória tem como consequência a revogação das normas jurídicas vigentes com ela incompatíveis.
- III - É vedada a edição de medida provisória em matéria reservada a lei complementar.
- IV - Se a regulação das relações advindas de medida provisória não convertida em lei não se consumar em até 60 dias a contar da rejeição (expressa) ou da caducidade (rejeição tácita), estas relações não de se conservar regidas pela medida provisória, ainda que esta não se encontre mais em vigor.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e IV
- (D) III e IV
- (E) I, III e IV

27

Sobre a súmula vinculante, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Poder Judiciário), assinale a afirmativa correta.

- (A) Da decisão judicial que contrariar uma súmula vinculante, em qualquer grau de jurisdição, caberá recurso extraordinário ao STF.
- (B) A súmula vinculante trata apenas de questões constitucionais e somente poderá ser editada após reiteradas decisões do STF, todas no mesmo sentido.
- (C) O efeito vinculante atinge apenas os órgãos do Poder Judiciário.
- (D) O STF pode anular um ato administrativo federal contrário a uma súmula vinculante e determinar que outro seja editado, agora com a devida aplicação da súmula.
- (E) O STF só pode editar uma súmula vinculante se for provocado por aqueles órgãos e entidades que podem ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103, CRFB), mas pode, de ofício, proceder à sua revisão ou cancelamento.

28

Em relação às ações constitucionais (também conhecidas como *writs* constitucionais), é correto afirmar que

- (A) é necessário que haja recusa na prestação de informações por parte da entidade (pública ou de caráter público) que as detém, para que seja impetrado *habeas data*.
- (B) não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista.
- (C) as ações populares ajuizadas contra o Presidente da República serão processadas e julgadas originariamente pelo STF.
- (D) o mandado de segurança, concebido como uma ação destinada à tutela do indivíduo contra o Estado, não pode ser impetrado por órgãos públicos.
- (E) Qualquer pessoa, desde que tenha a nacionalidade brasileira, pode ajuizar a ação popular.

29

De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil,

- (A) é possível o ajuizamento de representação de inconstitucionalidade contestando a validade de lei municipal em face da Lei Orgânica do respectivo município.
- (B) lei anterior à Constituição Federal não pode ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma vez que o caso seria de revogação e não de inconstitucionalidade da lei.
- (C) a revogação de ato normativo que é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) não prejudica o andamento da ação, uma vez que se trata de processo objetivo e não subjetivo.
- (D) a Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (E) a cláusula de reserva de plenário (art. 97, CRFB) deve ser observada pelos tribunais tanto nos casos em que declaram expressamente a inconstitucionalidade de uma lei, como nos casos em que simplesmente afastam a sua incidência, no todo ou em parte, por contrariar a Constituição.

30

O Tribunal de Contas da União, em sua atribuição constitucional de auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo,

- (A) aprecia as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (B) exerce fiscalização sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista integrantes da Administração Indireta Federal, tendo em vista o regime jurídico híbrido – *de direito público e de direito privado* – a que se sujeitam tais entidades.
- (C) exerce poder geral de cautela, cabendo-lhe sustar preventivamente os efeitos decorrentes de contratos administrativos sob sua fiscalização, submetendo tal decisão, *a posteriori*, à apreciação do Congresso Nacional.
- (D) tem competência para imputar débito e aplicar multa, ostentando as decisões em tal sentido eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas da União, por intermédio de sua Procuradoria, promover a execução.
- (E) tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União Federal aos Estados e Municípios a título de *royalties* decorrentes da exploração de petróleo.

31

Analise as assertivas abaixo.

- I - As empresas públicas e as sociedades de economia mista federais são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta da União.
- II - Os consórcios públicos somente podem ser constituídos sob a forma de associação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público e integrante da administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- III - As agências reguladoras são órgãos públicos criados por lei e sob a forma autárquica, dotados de regime jurídico especial que lhes assegura independência política.
- IV - As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei e integrantes da Administração Pública Indireta do respectivo ente federativo.

São corretas **APENAS** as assertivas:

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

32

A respeito do procedimento licitatório simplificado previsto no artigo 67 da Lei Federal nº 9.478/97 (segundo o qual “os contratos celebrados pela PETROBRAS, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República”), assinale a afirmativa correta.

- (A) O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido ser inconstitucional o procedimento licitatório simplificado previsto no artigo 67 da Lei Federal nº 9.478/97, baseando-se em precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido ser inconstitucional o procedimento licitatório simplificado previsto no artigo 67 da Lei Federal nº 9.478/97, muito embora o Supremo Tribunal Federal já tenha se manifestado pela constitucionalidade de tal previsão legal em ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) De acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, até que venha a ser editada a lei dispondendo sobre licitações e contratos das estatais e sociedades de economia mista, tais entidades devem observar os preceitos da Lei Nacional nº 8.666/93, razão por que foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 67 da Lei nº 9.478/97.
- (D) De acordo com decisões reiteradas do Tribunal de Contas da União, até que venha a ser editada a lei dispondendo sobre licitações e contratos das estatais e sociedades de economia mista, tais entidades devem observar os preceitos da Lei nº 8.666/93, não sendo aplicável, pois, o procedimento simplificado previsto no artigo 67 da Lei Federal nº 9.478/97.
- (E) De acordo com decisões reiteradas do Tribunal de Contas da União, mantidas pelo Supremo Tribunal Federal, o procedimento simplificado previsto no artigo 67 da Lei Federal nº 9.478/97 poderá ser observado pela PETROBRAS enquanto não for editada a lei dispondendo sobre licitações e contratos das estatais e sociedades de economia mista.

33

Com relação à intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que

- (A) a desapropriação de bens públicos efetiva-se sempre mediante justa indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.
- (B) o prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública é de cinco anos, contados da data de sua expedição.
- (C) o prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por interesse social é de cinco anos, contados da data de sua expedição.
- (D) os bens públicos, por serem imprescritíveis, não podem ser desapropriados.
- (E) os Estados não podem desapropriar bens do domínio da União Federal, mas podem desapropriar, independente de prévia autorização legislativa, bens do domínio dos Municípios.

34

Analise as assertivas abaixo.

- I - No exercício da autotutela, a Administração Pública tem a faculdade de anular seus próprios atos por razões de ilegalidade, e de revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade.
- II - São elementos dos atos administrativos, convencionalmente extraídos a partir da interpretação da Lei Federal nº 4.717/65 (que regula a ação popular), a competência, a forma, o motivo, o objeto e a finalidade.
- III - Como regra geral, são independentes as instâncias civil, penal e administrativa, mas a decisão penal que nega a existência do fato ou sua autoria vincula as demais instâncias.
- IV - O poder de polícia é exteriorizado por meio de ordens de polícia, consentimentos de polícia (tais como licenças e autorizações), fiscalização de polícia e sanção de polícia.

São corretas **APENAS** as assertivas

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) II e IV
- (D) I, III e IV
- (E) II, III e IV

35

Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo que

- (A) todos os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- (B) todos os sócios respondem solidariamente pelas obrigações sociais.
- (C) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (D) os sócios não respondem pela integralização das quotas dos demais sócios.
- (E) nenhum dos sócios responde pela integralização do capital social.

36

Os órgãos obrigatórios de uma sociedade anônima fechada, sem capital autorizado, são:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria;
- V - Conselho Consultivo.

Estão corretos **APENAS** os órgãos

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) I, III e V
- (D) I, IV e V
- (E) II, IV e V

37

A recuperação judicial, a extrajudicial e a falência são institutos aplicáveis ao(à)

- (A) empresário e à sociedade empresária.
- (B) empresa pública e à sociedade de economia mista.
- (C) empresa pública e ao empresário.
- (D) sociedade empresária e à sociedade de economia mista.
- (E) instituição financeira pública ou privada.

38

Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços deverão ser submetidos à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Devem necessariamente ser submetidos à aprovação do CADE os atos de concentração econômica

- (A) em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual equivalente a R\$ 200 milhões como resultado da incorporação ou fusão de sociedades.
- (B) que resultem na constituição de sociedade para exercer o controle de empresas cujo faturamento bruto anual seja igual ou superior a R\$ 200 milhões.
- (C) que resultem em incorporação ou fusão de sociedades com faturamento bruto anual igual ou superior a R\$ 5 milhões e participação superior a 5% de um mercado relevante.
- (D) que impliquem participação de empresa ou grupo de empresas resultante em dez por cento de um mercado relevante, em razão de uma incorporação ou fusão de sociedades.
- (E) que impliquem participação igual ou superior a vinte por cento de um mercado relevante ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual igual ou superior a R\$ 400 milhões.

39

Uma sociedade brasileira e uma sociedade norte-americana assinaram, no Brasil, um contrato para exportação e distribuição de bens produzidos pela empresa brasileira na cidade de Nova York. O contrato é omissivo quanto à lei de regência, mas possui uma cláusula elegendo Nova York como foro exclusivo do contrato. De acordo com as regras de conexão do direito positivo brasileiro, a lei aplicável a esse contrato é a

- (A) norte-americana, em razão da escolha do foro importar também na escolha da lei aplicável.
- (B) norte-americana, por ser o local do cumprimento das obrigações contratuais.
- (C) brasileira, em razão do contrato ter sido assinado no Brasil.
- (D) brasileira, no tocante à forma e formalidades do contrato, e a lei norte-americana quanto ao fundo do contrato.
- (E) que guarde com o contrato os vínculos mais estreitos.

40

Uma arbitragem internacional, regida pelas regras da Câmara de Comércio Internacional de Paris – CCI, é realizada no Japão, tendo como partes uma empresa brasileira e uma empresa japonesa. A parte brasileira, condenada na arbitragem, apesar de notificada pela Secretaria da CCI, não efetua tempestivamente o depósito da condenação. Para ser executável no Brasil, o laudo arbitral precisará cumprir, entre outras, as seguintes formalidades:

- (A) autenticação pelo Consulado Brasileiro no Japão; tradução pública juramentada e homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) autenticação pelo Consulado Brasileiro no Japão; tradução pública juramentada e homologação pela Justiça Federal.
- (C) autenticação pelo Consulado Brasileiro no Japão; tradução pública juramentada e homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) autenticação consular e tradução pública juramentada, dispensando-se a homologação judicial em virtude da entrada em vigor da Convenção de Nova York sobre arbitragem.
- (E) homologação pela justiça francesa, sede da CCI; tradução pública juramentada e homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

41

O sistema de solução de controvérsias entre os países-membros do MERCOSUL foi objeto de uma profunda reformulação em 2002. Atualmente, o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL

- (A) é regido pelo Tratado de Assunção e prevê a solução por meio de arbitragem *ad hoc* em uma única instância.
- (B) é regido pelo Protocolo de Brasília e tem entre suas etapas obrigatórias a submissão à deliberação do Grupo Mercado Comum.
- (C) é regido pelo Protocolo de Olivos e permite que o laudo arbitral proferido seja objeto de revisão pelo Tribunal Permanente de Revisão – TPR.
- (D) é regido pelo Protocolo de Las Leñas e passou a permitir que os particulares apresentem diretamente suas demandas.
- (E) prevê o encaminhamento do laudo arbitral em que tenha sido proferido voto vencido, para revisão pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

42

A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo específico para a tutela ambiental, inserido no título “Da Ordem Social”. Além dessa, há outras referências ao meio ambiente ao longo de todo o texto constitucional. O que determina a Constituição Federal a respeito da tutela do meio ambiente?

- (A) Nos termos do artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (B) Tendo em vista o disposto no artigo 170 da Constituição Federal, pode-se afirmar que o ordenamento jurídico brasileiro privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento da defesa do meio ambiente equilibrado.
- (C) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado direito humano fundamental e sua garantia está relacionada ao respeito à dignidade da pessoa humana.
- (D) A competência executiva em matéria ambiental está prevista no artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal, que atribui concorrentemente à União e aos Estados o papel de proteger o meio ambiente e de combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (E) A Constituição Federal dispõe que o poder público deve exigir a elaboração e apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a instalação de todas as obras ou atividades potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação da qualidade ambiental.

43

A respeito do licenciamento ambiental e da responsabilidade ambiental administrativa e penal, considere as afirmativas abaixo.

- I - O licenciamento ambiental, como importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, tem natureza essencialmente preventiva e constitui uma das formas de expressão do poder de polícia ambiental.
- II - Os estudos ambientais necessários ao procedimento de licenciamento ambiental são realizados pelos técnicos do órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), às expensas do empreendedor.
- III - Em regra, o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidas em mais de um município, sem que sejam ultrapassados os limites territoriais do estado, deve ser conduzido pelo órgão ambiental estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- IV - É crime ambiental construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem a prévia obtenção de licença ambiental.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) III e IV
- (E) I, III e IV

44

A definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos e a imposição ao poluidor da obrigação de reparar os danos por ele causados são importantes instrumentos de proteção ambiental. O que determina a legislação ambiental a respeito destes instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente?

- (A) Nos termos do previsto no Código Florestal (Lei 4.771/65), a supressão de vegetação de preservação permanente somente poderá ser autorizada em casos de utilidade pública ou interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, e quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.
- (B) A redução dos limites de Unidades de Conservação pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade.
- (C) As Áreas de Proteção Ambiental, como categoria de Unidade de Conservação inserida no grupo de proteção integral, devem ser constituídas exclusivamente em áreas públicas.
- (D) Quando comprovada a culpa, é responsável pela reparação de danos ambientais a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- (E) Tendo em vista o princípio da função socioambiental da propriedade, as características da responsabilidade civil ambiental no Brasil e o conceito legal de poluidor, o proprietário não pode ser responsabilizado pela recomposição de vegetação em área de preservação permanente situada em seu imóvel, na hipótese de o terreno já ter sido adquirido desmatado.

45

À luz do enunciado 331 do TST, podem ser feitas as afirmações a seguir, **EXCETO** que

- (A) não forma o vínculo com o tomador a contratação na qual inexistente personalidade e subordinação direta.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista só respondem subsidiariamente se tiverem participado da relação processual e se constarem do título executivo judicial.
- (C) o inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço do setor privado.
- (D) os órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas só respondem subsidiariamente se tiverem participado da relação processual e se constarem do título executivo judicial.
- (E) os tomadores de serviços, independente de sua natureza, assumem o risco da formação direta do vínculo, sempre que a contratação for irregular.

46

Recentemente, junto ao STF, a Confederação Nacional da Indústria - CNI ajuizou, com pedido de liminar, reclamação em face da decisão proferida pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que editou a Resolução nº 148/2008 e deu nova redação ao verbete nº 228 da Súmula daquele Tribunal, nos seguintes termos: “*ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.*”

A esse respeito, qual a decisão do STF?

- (A) Entendeu que, no julgamento que deu origem à mencionada Súmula Vinculante nº 4, o adicional de insalubridade não deve continuar sendo calculado com base no salário mínimo, nem no salário profissional, enquanto não superada a inconstitucionalidade por meio de lei ou convenção coletiva.
- (B) Considerou que a nova redação estabelecida para a Súmula nº 228/TST revela aplicação devida da Súmula Vinculante nº 4, porquanto permite a substituição do salário mínimo pelo salário básico no cálculo do adicional de insalubridade sem base normativa.
- (C) Considerou que a nova redação estabelecida para a Súmula nº 228/TST revela aplicação devida da Súmula Vinculante nº 4, porquanto permite a substituição do salário mínimo pelo salário profissional ou de categoria diferenciada, no cálculo do adicional de insalubridade sem base normativa.
- (D) Suspendeu a aplicação da Súmula nº 228/TST na parte em que permite a utilização do salário básico para calcular o adicional de insalubridade.
- (E) Suspendeu a aplicação da Súmula nº 228/TST na parte em que permite a utilização do salário básico e de categoria para calcular o adicional de insalubridade.

47

Sobre os trabalhadores temporários, é correto afirmar que

- (A) ser-lhe-ão devidos gratificação natalina, adicional noturno, horas extras, PIS e aviso prévio.
- (B) ser-lhe-ão devidos gratificação natalina, adicional noturno, horas extras, PIS e terço de férias.
- (C) têm jornada de oito horas diárias e quarenta semanais.
- (D) devem receber remuneração diferente da percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora.
- (E) não integram o regime do FGTS.

48

Considere os seguintes tipos de serviços:

- I - tratamento de bacias hidrográficas;
- II - tratamento e abastecimento de água;
- III - produção e distribuição de minérios;
- IV - produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustível;
- V - controle de tráfego aéreo;
- VI - guarda e uso de substâncias radioativas;
- VII - policiamento urbano;
- VIII - telecomunicações.

Dentre os serviços considerados essenciais, eleitos pelo legislador como limites ao exercício do direito de greve pelo trabalhador, excetuam-se **APENAS**:

- (A) I, III e VII
- (B) I, VI e VII
- (C) II, IV e VIII
- (D) II, V e VII
- (E) IV, VI e VIII

49

No processo de execução, **considerados os termos da CLT**, o juiz trabalhista é obrigado a dar oportunidade ao executado para impugnar a liquidação, antes da oposição dos embargos pertinentes?

- (A) Sim, é obrigado pelo princípio do contraditório.
- (B) Sim, é obrigado para não gerar nulidade na homologação da liquidação.
- (C) Não, o juiz trabalhista poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada.
- (D) Não, o juiz trabalhista tem a faculdade de abrir prazo sucessivo às partes, de 15 dias, para oposição.
- (E) Não, o juiz trabalhista só é obrigado a intimar a União para manifestação no prazo de 15 dias.

50

O *dies ad quem* prescricional para reclamar a concessão de férias do período 2004/2005 de empregado contratado em 01.04.2003 e dispensado em 25.11.2006, inexistindo causa interruptiva ou suspensiva, ocorrerá em

- (A) 30.03.2008.
- (B) 24.11.2008.
- (C) 25.11.2008.
- (D) 01.04.2010.
- (E) 01.04.2013.

51

No processo do trabalho, a Exceção de Pré-Executividade

- (A) tem natureza de incidente processual, pela qual se poderá impedir o prosseguimento de execução nula ou anômala.
- (B) visa a obstar a regular penhora de bens.
- (C) só pode ser oposta pelo empregado-executante.
- (D) só pode ser oposta se garantido o Juízo, após os Embargos à Execução.
- (E) deve ser oposta após a efetivação da penhora dos bens.

52

De acordo com a atual Constituição Federal, o diferencial entre a alíquota interna e interestadual do ICMS é devido ao Estado

- (A) do destinatário, quando este não for contribuinte do imposto.
- (B) do destinatário, quando este for contribuinte do imposto e for adotada alíquota interna, desde que as operações e prestações destinem bens e serviços a quem não for contribuinte do imposto.
- (C) do remetente, quando o destinatário for contribuinte do imposto.
- (D) da localização do destinatário, quando este for contribuinte do imposto e for adotada a alíquota interestadual, desde que as operações e prestações destinem bens e serviços a consumidor final.
- (E) da localização do remetente, quando este for contribuinte do imposto e for adotada a alíquota interna, desde que as operações destinem bens e serviços a consumidor final.

53

Na hipótese de crédito tributário resultante de ato praticado com excesso de poderes por diretor de pessoa jurídica de direito privado,

- (A) o diretor responde subsidiariamente.
- (B) o diretor responde solidariamente com a empresa.
- (C) o diretor responde pessoalmente.
- (D) a responsabilidade da empresa é subsidiária.
- (E) a responsabilidade é única e exclusivamente da empresa.

54

Esgotado o prazo legal para lançamento de um tributo, sem que a Fazenda Pública o tenha efetuado, caracteriza-se situação de:

- (A) remissão.
- (B) exclusão.
- (C) suspensão.
- (D) prescrição.
- (E) decadência.

55

O Município editou lei ordinária reduzindo de 3% para 1% a alíquota do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS, incidente sobre serviços prestados por hotéis, *apart-services* condominiais, *flat*, apart-hotéis, hotéis residência, hotelaria marítima, pensões, motéis e congêneres. Essa redução poderia ser feita?

- (A) Sim, a redução é regular porque observa todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional.
- (B) Sim, a redução é regular porque cabe ao Município dispor sobre tributos de sua competência.
- (C) Não, a redução contraria norma prevista na Constituição Federal em vigor.
- (D) Não, a redução é inconstitucional, em razão de ausência de convênio celebrado pelas municipalidades brasileiras.
- (E) Não, a redução contraria norma federal, sendo portanto ilegal.

56

Afirmações:

- I - É incabível impetrar mandado de segurança contra lançamento tributário.
- II - A propositura de ação anulatória pelo contribuinte impede a Fazenda Pública de mover ação de execução fiscal relativa ao suposto crédito tributário combatido na respectiva demanda anulatória.
- III - A partir da vigência da Lei nº 118/05, o prazo prescricional da ação de repetição de indébito de tributos sujeitos a lançamento por homologação é de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento.
- IV - Para fins de garantia da execução fiscal, o executado, na forma da Lei nº 6.830/80, não poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.
- V - Uma das hipóteses de interrupção da prescrição para a cobrança do crédito tributário prevista no Código Tributário Nacional é a citação pessoal feita ao devedor.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) II
- (B) III
- (C) I e II
- (D) I e V
- (E) IV e I

57

A respeito de Responsabilidade Civil, todas as afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO** uma. Assinale-a.

- (A) A imprudência é a atuação do sujeito sem as devidas cautelas, de forma açodada.
- (B) A noção de culpa vincula-se a um juízo de imputabilidade.
- (C) A culpa é elemento acidental da responsabilidade civil.
- (D) O artigo 186 do CCB refere-se exclusivamente à culpa *stricto sensu*.
- (E) O previsível, na culpa, mede-se pelo grau médio de cuidado, de acordo com a sensibilidade ético-social.

58

Com relação à regulação da responsabilidade pelo Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I - O Código distinguiu as duas espécies de responsabilidade, contratual e extracontratual, tratando da primeira nos artigos 389 e 395.
- II - A responsabilidade contratual não abrange o descumprimento de negócio unilateral.
- III - No caso da responsabilidade contratual, o credor deve demonstrar que a prestação foi descumprida.
- IV - A responsabilidade do credor que demanda o devedor por dívida já paga é subjetiva.
- V - A indenização está vinculada à violação de um dever jurídico.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e IV
- (D) II e V
- (E) IV e V

59

Na hipótese de contrato que fere lei imperativa, a responsabilidade civil é

- (A) contratual.
- (B) delitual.
- (C) subjetiva.
- (D) putativa.
- (E) decorrente do risco.

60

É correto afirmar, a respeito da prescrição, que esta atinge a pretensão que nasce da violação do direito

- (A) subjetivo, não é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.
- (B) subjetivo, não é causa de extinção de direito e pode ser conhecida pelo juiz mesmo sem provocação do interessado.
- (C) subjetivo, é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.
- (D) potestativo, não é causa de extinção de direito e pode ser conhecida pelo juiz mesmo sem provocação do interessado.
- (E) potestativo, não é causa de extinção de direito e só pode ser conhecida pelo juiz se houver provocação do interessado.

61

José Márcio celebrou com TWL Construções Ltda. contrato preliminar de compra de venda de imóvel pertencente a esta última, a título irrevogável, no valor total de R\$ 500.000,00, ajustando que o pagamento deveria ser feito em moeda corrente, da seguinte forma: R\$ 50.000,00, a título de sinal, em 48 horas a contar da assinatura do instrumento; R\$ 200.000,00 contra a exibição da certidão de ônus reais emitida pelo cartório de registro imobiliário, que deveria ser providenciada pela promitente-vendedora em até dez dias; R\$ 250.000,00 no ato da celebração do contrato definitivo, a realizar-se em até trinta dias.

Na data agendada para a formalização do contrato de compra e venda, cumpridas regularmente todas as obrigações vencidas até então, as certidões exibidas pela promitente-vendedora demonstraram a existência de dívida fiscal de valor superior ao do imóvel, bem como de ações e execuções cíveis em curso, envolvendo valor global também superior ao do contrato.

Diante disso, José Márcio pode, licitamente, exigir da promitente-vendedora, além do desfazimento do contrato preliminar a(o)

- (A) devolução do valor pago até aquela data.
- (B) dobro do valor total pago até aquela data.
- (C) dobro do valor total pago até aquela data e, ainda, indenização pelos prejuízos sofridos em razão da dissolução do contrato que superarem o total dos pagamentos realizados.
- (D) dobro do valor pago a título de sinal e a devolução da segunda parcela do preço.
- (E) dobro do valor pago a título de sinal, a devolução da segunda parcela do preço e, ainda, indenização pelos prejuízos sofridos em razão da dissolução do contrato que superarem o valor da primeira parcela do preço.

62

O contrato de locação não-residencial pode estipular, licitamente, que o(a)

- (A) pagamento de todas as despesas condominiais e, ainda, do imposto predial caberá ao locatário.
- (B) aluguel deverá ser pago até o último dia útil do mês vincendo.
- (C) exercício do direito à renovação do contrato submeter-se-á ao pagamento prévio, pelo locatário, do triplo do valor do aluguel vigente.
- (D) locatário não fará jus a indenização por quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel, mesmo que necessárias.
- (E) locação será garantida por caução equivalente ao triplo do valor do aluguel pactuado, bem como por fiança prestada, em caráter solidário, pelos sócios do locatário, sendo esta pessoa jurídica.

63

Analise as afirmações a seguir, sobre obrigações.

- I - Em caso de obrigação com prestação facultativa, tornando-se impossível o cumprimento da prestação principal, em decorrência de fortuito, resta ao credor exigir a entrega da supletória.
- II - A prova do inadimplemento cabe ao credor nas obrigações de meio; nas obrigações de resultado, a prova do adimplemento cabe ao devedor.
- III - Nas obrigações genéricas, a destruição da coisa não exonera o devedor, ainda que decorrente de fortuito.
- IV - Nas obrigações indivisíveis, havendo pluralidade de credores, o devedor só se desonera efetuando o pagamento a todos eles, conjuntamente.

São corretas, **APENAS**, as afirmativas

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III
- (E) I, II e IV

64

A Estrela Distribuidora propôs ação de procedimento ordinário em face da empresa ZZZOOO S/A, apresentando contrato de prestação de serviços no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não cumprido. O Juiz aduz a ausência de comprovante, reconhecendo obrigação de pagar ou dar e indefere a petição inicial, com exame de mérito. No sistema adotado no Brasil, o ato do juiz é atacável por recurso

- (A) extraordinário.
- (B) de agravo.
- (C) de apelação.
- (D) de embargos infringentes.
- (E) de embargos de divergência.

65

Romário propõe ação de execução lastreada em título extrajudicial em face da BR S/A, sendo o valor do título correspondente a R\$ 10.000.000,00. Regularmente citada, a ré oferta defesa no prazo legal, aduzindo prescrição do título. Nesse contexto, a defesa ofertada deve ser

- (A) impugnação e prescrição, matéria preliminar.
- (B) impugnação e prescrição, matéria prejudicial.
- (C) embargos e prescrição, matéria preliminar.
- (D) embargos e prescrição, matéria prejudicial.
- (E) embargos ou impugnação e prescrição, matéria preliminar.

66

A Céu Azul Distribuidora deseja participar de licitação a fim de fornecer gasolina para a frota de automóveis da INFRAERO, apresentando no prazo os documentos exigidos no edital. No curso do procedimento licitatório, surge pendência fiscal que impede a expedição de certidão negativa, comprobatória do pagamento de tributos, o que gera pendência a ser resolvida pelo Departamento Jurídico. Considerando que as provas que comprovam a regularidade dos atos praticados pela Céu Azul não são exclusivamente documentais, que via deve ser utilizada para obtenção da certidão negativa ou positiva, com efeitos de negativa?

- (A) Mandado de Segurança
- (B) Ação monitória
- (C) Ação popular
- (D) Ação Civil Pública
- (E) Ação de procedimento ordinário, com tutela antecipada

67

A BR S/A é ré em procedimento sumário, com pedido indenizatório, por danos morais e materiais, decorrente de acidente de veículos, proposta por Túlio Romário da Silva. Regularmente citada, apresenta a ré contestação oral em audiência, requerendo prova testemunhal, indicando seu rol de testemunhas, e prova pericial, para conferir os prejuízos alegados pelo autor. O magistrado que preside o processo indefere as provas requeridas, aduzindo que a prova material carregada aos autos é suficiente para formar o seu convencimento e profere sentença em audiência julgando procedente *in totum* o pedido formulado. Não houve interposição de agravo por parte da BR S/A. Nesse contexto,

- (A) deveria ser retido o recurso de agravo.
- (B) seria agravo de instrumento o recurso adequado.
- (C) caberia agravo interno.
- (D) seria cabível agravo regimental.
- (E) não caberia agravo.

68

Após as sucessivas reformas do Código de Processo Civil o instituto da remição sofreu modificações, importando dizer que:

- (A) foi extinto esse instituto.
- (B) foi mantida apenas a remição de bens.
- (C) permanece apenas a remição da execução.
- (D) continuam os dois aspectos da remição (execução e de bens).
- (E) passou a remição a ser regulada pelo Código Civil.

69

A BR S/A apresenta ação de procedimento ordinário em face de Edmundo dos Santos, postulando indenização por danos causados, sendo o pedido julgado improcedente em primeiro grau de Jurisdição, com acórdão de primeiro grau confirmando a sentença proferida, por decisão unânime da Câmara Cível. Houve interposição de recurso extraordinário, inadmitido, bem como de recurso especial, também inadmitido. De ambas as decisões houve interposição de agravo de instrumento. Aduziu, para preencher requisito exigido para o extraordinário, a existência de reflexo para outras causas da questão pertinente ao dano material e moral quanto a empresas. A Suprema Corte, em decisão unânime, não considerou preenchido o referido pressuposto. Diante do contexto, pode-se afirmar que

- (A) se trata do denominado efeito reflexo da causa.
- (B) o recorrente deve demonstrar a repercussão geral.
- (C) o recorrente deve indicar súmula vinculante.
- (D) o requisito referido é o prequestionamento.
- (E) o novo requisito não pode ser aplicado, por ausente regulamentação.

70

A Belomar S/A obtém sentença julgando procedente pedido formulado de condenação da Empresa Coisas e Caçambas S/A, no valor correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Após o trânsito em julgado da decisão, requer a autora a expedição de ordem de penhora *on line*, aduzindo ser o primeiro bem na ordem de preferência dinheiro, indicando as contas bancárias do réu que deveriam ser atingidas. O magistrado defere o postulado, mas a diligência não atinge seus objetivos por não identificados valores nas contas indicadas pelo exequente pelo sistema do Banco Central. Após esgotadas as diligências realizadas pela autora, no sentido de obtenção de bens a penhorar, o processo é suspenso. No curso do processo, sem oferecer bens em garantia, o réu apresenta impugnação ao cumprimento de sentença, julgada improcedente. Nesse contexto, a(o)

- (A) impugnação ao cumprimento de sentença é necessariamente precedida de penhora.
- (B) impugnação ao cumprimento de sentença pode ser apresentada sem necessidade de garantia do Juízo.
- (C) defesa na execução com base em título judicial suspende automaticamente o processo.
- (D) autor não pode indicar, na sua petição inicial, bens a penhorar, sendo faculdade do executado, após ser citado.
- (E) processo somente poderia ser suspenso após a decisão final na impugnação.



Continua

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO Nº 1

Delta Petróleo Ltda. ingressou com ação de revisão de contrato em face da PETRÓLEOS DO SUL S/A. Seu objetivo é rever cláusula penal.

Alega que o fornecimento de combustível é regulado pela Portaria nº 72/2000, pela qual fica discriminado que:

- **Art. 3º** *A aquisição de gasolina automotiva e óleo diesel pelo distribuidor de combustíveis derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos deverá ser feita **sob regime de contrato de fornecimento com o produtor ou sob regime de pedido mensal**;*
- **Art. 10.** *O saldo de quota será incorporado à quota do mês seguinte.*

Acrescenta que a portaria deveria prevalecer sobre o contrato firmado pelas partes, que contempla pedidos mensais obrigatórios de quotas de combustível.

Ocorre que a PETRÓLEOS DO SUL S/A está exigindo, para continuar a fornecer combustível (há cláusula de exclusividade), multa de R\$ 800.000,00 por não ter a Delta Petróleo atingido as quotas mensais contratadas (faltaram 135.000 litros de gasolina).

A distribuidora Delta assume que não atingiu as quotas, mas afirma que o saldo poderia ficar para prestações futuras, sendo a multa fato que desequilibraria a relação contratual, frustrando a sua atividade.

A PETRÓLEOS DO SUL S/A se defende dizendo que a cláusula penal que estipula a multa é válida, que sua produção não é infinita, e é dimensionada de acordo com sua carteira de clientes.

Considerando PROVADO que efetivamente: i) as quotas não foram cumpridas pela Delta Petróleo e que ii) o contrato prevê multa que, se aplicada, permitirá à PETRÓLEOS DO SUL S/A cobrar a quantia referida, elabore parecer sobre o conflito de interesses, de forma fundamentada, sem negligenciar qualquer um dos aspectos que a questão evoca.

(valor: 10,0 pontos)

QUESTÃO Nº 2

PETROBRAS S/A apresenta ação, pelo procedimento ordinário, em face da empresa HXO S/A, com domicílio no Rio de Janeiro, aduzindo a quebra de contrato para fornecimento de materiais a serem utilizados em plataforma de petróleo, sendo o valor da causa de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O réu, regularmente citado, apresenta defesa aduzindo, na peça contestatória, que o valor da causa deveria ser de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), bem como levantando preliminar de ilegitimidade passiva, por ter sido o contrato realizado também com a empresa HXOO S/A, com domicílio em São Paulo, que não foi incluída no processo e seria a responsável pelo descumprimento do contrato. Aduz a necessidade de intervenção de terceiros. Ainda em preliminar apresenta alegação de incompetência relativa, aduzindo foro de eleição fixado na comarca da capital do Estado de São Paulo. Após manifestação da ré, requereu ingresso no processo a União Federal, sendo sua postulação rejeitada pelo Juízo de primeiro grau, havendo agravo interposto. Logo a seguir, o Ministério Público Federal postula o seu ingresso como *amicus curiae*, tendo em vista as altas somas envolvidas no contrato, tendo, também, o seu ingresso sido rejeitado pelo Juízo de primeiro grau, interposto agravo. O processo prossegue, sendo prolatada sentença de procedência do pedido, havendo recurso, pendente de exame pelo órgão judiciário responsável pela revisão do julgado.

Formule parecer sobre a questão em foco, analisando os temas processuais indicados no texto pertinentes à defesa, partes, competência e recursos interpostos.

(valor: 10,0 pontos)



RASCUNHO



RASCUNHO



RASCUNHO